

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.429.219 - SP (2019/0014778-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**AGRAVANTE** : **AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A**  
**ADVOGADOS** : **GUSTAVO GONÇALVES GOMES - SP266894**  
**HENRIQUE FONTANA DE OLIVEIRA - SP324913**  
**SOC. de ADV.** : **SIQUEIRA CASTRO ADVOGADOS**  
**AGRAVADO** : **IDINEY FELLONI RUFINO**  
**ADVOGADOS** : **RODRIGO BATISTA ARAUJO - SP248625**  
**THAYLA GOMIDES PAVANI - SP392185**  
**INTERES.** : **QUALICORP ADMINISTRAÇÃO E SERVICOS LTDA**  
**ADVOGADO** : **ALESSANDRO PICCOLO ACAYABA DE TOLEDO E OUTRO(S) - SP167922**

**DECISÃO**

1. Cuida-se de agravo interposto por AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A contra decisão que não admitiu o seu recurso especial, por sua vez manejado em face de acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - CONSELHEIRO FURTADO, assim ementado:

ACÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER PROPOSTA CONTRA OPERADORA DE PLANO DE SAÚDE. PRETENSÃO DE MANUTENÇÃO DE BENEFICIÁRIA EM CONTRATO COLETIVO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA APÓS FALECIMENTO DO TITULAR. POSSIBILIDADE, NOS TERMOS DA SÚMULA NORMATIVA Nº 13/2010, DA ANS. RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO QUE COLOCA A AUTORA (QUE TEM MAIS DE 80 ANOS DE IDADE), EM SITUAÇÃO DE DESVANTAGEM EXAGERADA E AFRONTA O ARTIGO 30, §3º, DA LEI DE PLANOS DE SAÚDE. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.

Nas razões do recurso especial, aponta a parte recorrente ofensa ao disposto no art. 30, § 1º e 3º da Lei 9656/98.

Nas razões recursais, sustenta a parte agravante: " Ao se determinar que a empresa recorrente mantenha o contrato nos mesmos moldes e valores anteriormente celebrados, há flagrante atentado contra o direito, isto porque não há previsão legal que obrigue a ora recorrente a manter por tempo indeterminado, restando, pois, configurada flagrante ofensa ao caput e §1º do artigo 30 da Lei 9.656/98, data venia."

Contrarrazões ao recurso especial às fls. 630-650.

É o relatório.

**DECIDO.**

2. No tocante à alegada violação do artigo 30, § 1º e 3º da Lei 9656/98, cumpre trazer trecho do acórdão recorrido que consignou:

Com efeito, o Eg. STJ já decidiu que o término da remissão não extingue o contrato de plano familiar, sendo assegurado aos dependentes

já inscritos o direito a manutenção das mesmas condições contratuais, com assunção das obrigações decorrentes, para os contratos firmados a qualquer tempo (Súmula normativa nº 13/ 2010 da ANS) (REsp 1457254/ SP, Ministro RI CARDO VI LLAS BÔAS CUEVA, DJe 18.4.2016).

De rigor reconhecer que o entendimento acima também se aplica às apólices coletivas. Isso porque, assim como os contratantes de planos familiares, os beneficiários de planos coletivos também figuram com o destinatários finais dos serviços e, nessa condição, desfrutam da mesma proteção.

Desse modo, mediante interpretação extensiva da Súmula Normativa nº 13 da ANS, é dever das recorrentes reintegrar a autora no seguro, nas mesmas condições.

Ademais, a rescisão unilateral pretendida pela apelante, além de colocar a apelada (que tem mais de 80 anos de idade) em desvantagem exagerada (pois tornará praticamente impossível a contratação de plano individual), afronta o disposto no artigo 30, §3º, da Lei de Planos de Saúde

(...)

O STJ possui entendimento no sentido de que: "O término da remissão não extingue o contrato de plano familiar, sendo assegurado aos dependentes já inscritos o direito à manutenção das mesmas condições contratuais, com a assunção das obrigações decorrentes, para os contratos firmados a qualquer tempo (Súmula Normativa nº 13/2010 da ANS)". (REsp 1457254/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/04/2016, DJe 18/04/2016).

Para exame:

RECURSO ESPECIAL. CIVIL. PLANO DE SAÚDE. FALECIMENTO DO TITULAR. COBERTURA DE REMISSÃO POR MORTE. ASSISTÊNCIA MÉDICA E HOSPITALAR. CONTINUIDADE AO DEPENDENTE INSCRITO. CÔNJUGE. SEPARAÇÃO JUDICIAL. RETORNO AO CONVÍVIO CONJUGAL. UNIÃO ESTÁVEL. CARACTERIZAÇÃO. EXTENSÃO DO BENEFÍCIO. ASSUNÇÃO DA TITULARIDADE. POSSIBILIDADE. SÚMULA NORMATIVA 13/ANS.

1. Cinge-se a controvérsia a saber se a esposa separada judicialmente, mas que retornou ao convívio conjugal na qualidade de companheira, faz jus à cobertura contratual do plano de saúde de remissão por morte do titular e se o dependente pode assumir a titularidade do plano de saúde após o período de remissão.

2. A cláusula de remissão, pactuada em alguns planos de saúde, consiste em uma garantia de continuidade da prestação dos serviços de saúde suplementar aos dependentes inscritos após a morte do titular, por lapso que varia de 1 (um) a 5 (cinco) anos, sem a cobrança de mensalidades. Objetiva, portanto, a proteção do núcleo familiar do titular falecido, que dele dependia economicamente, ao ser assegurada, por certo período, a assistência médica e hospitalar, a evitar o desamparo abrupto.

3. Embora a cláusula de remissão do plano de saúde se refira ao cônjuge como dependente, sendo omissa quanto à figura do companheiro, não

deve haver distinção sobre esse direito, diante da semelhança de papéis e do reconhecimento da união estável como entidade familiar, promovido pela própria Constituição Federal (art.

226, § 3º, da CF). Comprovação da autora, na hipótese dos autos, da condição de companheira.

4. O término da remissão não extingue o contrato de plano familiar, sendo assegurado aos dependentes já inscritos o direito à manutenção das mesmas condições contratuais, com a assunção das obrigações decorrentes, para os contratos firmados a qualquer tempo (Súmula Normativa nº 13/2010 da ANS).

5. Recurso especial provido.

(REsp 1457254/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/04/2016, DJe 18/04/2016)

3. Ademais, esta Corte Superior já decidiu caso semelhante, ao aplicar a Súmula Normativa nº 13 da ANS no caso de uma consumidora com mais de 75 anos de idade e 33 anos de contrato, que perdera o marido:

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO - FATO SUPERVENIENTE - TÉRMINO DO PERÍODO DE REMISSÃO - MANUTENÇÃO DAS MESMAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS - SÚMULA Nº 13 DA ANS - PROVIMENTO.

1.- A superveniência da edição da Súmula nº 13 da Agência Nacional de Saúde Suplementar - considerando os princípios constitucionais da igualdade, da dignidade da pessoa humana, da liberdade, da proteção da segurança jurídica e da proteção à entidade familiar - enseja o reconhecimento do direito à manutenção das mesmas condições contratuais

por consumidora em mais de 75 anos de idade e 33 de contrato.

2.- A teor da referida Súmula nº 13 da ANS, o término da remissão não extingue o contrato de plano familiar, sendo assegurado aos dependentes já inscritos o direito à manutenção das mesmas condições contratuais, com a assunção das obrigações decorrentes, para os contratos firmados a qualquer tempo.

3.- Agravo Regimental provido." (AgRg no Ag nº 1.378.703/SP, Rel. Ministro

SIDNEI BENETI, DJe 1º/7/2011 - grifou-se)

Assim, estando o acórdão recorrido em consonância com a Jurisprudência do STJ, incide no ponto a Súmula 83 do STJ.

4. É importante asseverar que, conforme jurisprudência aqui sedimentada, deve ser assegurado a dependente o direito de assumir a posição de titular de plano de saúde - saindo da condição de dependente inscrito - desde que arque com as obrigações decorrentes e sejam mantidas as mesmas condições contratuais, em virtude da ausência de extinção da avença, não sendo empecilho, para tanto, o gozo do período de remissão. (REsp 1.457.254-SP, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, julgado em 12/4/2016, DJe 18/4/2016.).

5. Ante o exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de fevereiro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator

